REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

ALÉM DA RENDA: PERCEPÇÕES DE INDEPENDÊNCIA E SEGURANÇA FINANCEIRA ENTRE MULHERES EMPREENDEDORAS

BEYOND INCOME: PERCEPTIONS OF FINANCIAL INDEPENDENCE AND SECURITY AMONG WOMEN ENTREPRENEURS

Ciências Sociais Aplicadas • 06/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/793692539

Ana Juliade Oliveira Amaral Gervazio[1]

Uanny Maria Nascimento Penteado Caetano[2]

Thiago José Loçurdo Costa[3]

RESUMO

Este artigo analisa percepções de autonomia financeira entre mulheres empreendedoras, distinguindo renda para despesas pessoais, independência financeira, liberdade de decisão e segurança, considerando experiências de gestão e acesso a recursos. Realizou-se levantamento quantitativo, descritivo e transversal, com amostragem não probabilística por conveniência e 103 respostas válidas a um questionário estruturado, coletadas de 9 de setembro a 7 de outubro de 2026. Predominaram participantes do Norte Pioneiro paranaense, com inclusão de outras localidades. Os dados foram analisados por meio de frequências absolutas e relativas e cruzamentos descritivos exploratórios. Em escala de concordância de cinco pontos, 67,0% concordaram quanto à contribuição da renda para despesas pessoais, 64,1% quanto ao aumento percebido da independência financeira, 63,1% quanto à maior liberdade de decisão e 53,4% quanto à maior segurança financeira. Entre as 66 mulheres que perceberam maior independência, 18 não concordaram com maior segurança. Além disso, 78,6% relataram já ter deixado de investir no negócio por insuficiência de recursos. Os resultados indicam concordância predominante com diferentes manifestações da autonomia financeira percebida, embora a segurança financeira tenha recebido avaliações menos favoráveis. A convergência majoritária entre independência e segurança, acompanhada de respostas individuais distintas, evidencia a pertinência de examinar esses aspectos separadamente, sem permitir inferências causais ou generalizações populacionais.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino; Autonomia financeira; Independência financeira; Segurança financeira; Pesquisa descritiva.

ABSTRACT

This article examines perceptions of financial autonomy among women entrepreneurs, distinguishing income used for personal expenses, financial independence, decision-making freedom, and financial security, while considering business management experiences and access to resources. A quantitative, descriptive, cross-sectional survey used non-probability convenience sampling and obtained 103 valid responses to a structured questionnaire between September 9 and October 7, 2026. Most respondents were from the Norte Pioneiro region of Paraná, Brazil, although other locations were included. Frequencies, percentages, and exploratory descriptive cross-tabulations were used. On a five-point agreement scale, 67.0% agreed that business income contributed to personal expenses, 64.1% reported increased perceived financial independence, 63.1% reported greater decision-making freedom, and 53.4% perceived greater financial security. Among the 66 women who perceived increased independence, 18 did not agree that financial security had improved. Furthermore, 78.6% reported having forgone business investments because of insufficient funds. The findings indicate predominantly favorable perceptions across different aspects of financial autonomy, although financial security received less favorable assessments. The overall convergence between perceived independence and security, alongside differing individual responses, highlights the importance of examining these aspects separately, without supporting causal inferences or population-wide generalizations.

Keywords: Women's entrepreneurship; Financial autonomy; Financial independence; Financial security; Descriptive research.

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo feminino integra a atividade econômica brasileira por meio da criação e da gestão de negócios. Segundo levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, o número de mulheres donas de negócios no Brasil passou de 8,2 milhões, em 2015, para 10,4 milhões, em dezembro de 2025 (SEBRAE, 2026). Esse contingente evidencia a relevância de investigar suas experiências econômicas. Contudo, a titularidade de um negócio não informa, por si só, como sua renda é utilizada, quais escolhas econômicas se tornam possíveis ou em que medida a atividade proporciona segurança financeira.

As experiências de empreender são heterogêneas. A revisão da produção brasileira realizada por Gimenez, Ferreira e Ramos (2017) evidencia a diversidade de abordagens adotadas para compreender o empreendedorismo feminino, enquanto Bandeira, Amorim e Oliveira (2020) demonstram a relevância de motivações profissionais e pessoais que não podem ser reduzidas exclusivamente à necessidade financeira. A condução de empreendimentos também ocorre em contextos marcados por responsabilidades familiares, exigências gerenciais e condições desiguais de acesso a recursos. No Brasil, dados referentes a 2022 indicaram que as mulheres dedicavam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas, frente a 11,7 horas entre os homens (IBGE, 2024). Embora esse indicador não descreva especificamente as empreendedoras investigadas, ele contextualiza a relevância de considerar a articulação entre trabalho remunerado e responsabilidades pessoais nas trajetórias femininas.

Nesse cenário, a autonomia financeira merece ser examinada para além da existência de rendimento próprio. Ao discutir a mensuração

do empoderamento das mulheres, Kabeer (1999) diferencia recursos, capacidade de agência e realizações, destacando que o acesso a meios materiais não se confunde automaticamente com a possibilidade de realizar escolhas ou com seus resultados. Em um campo conceitual relacionado, mas não equivalente, Brüggen *et al.* (2017) compreendem o bem-estar financeiro a partir de avaliações subjetivas sobre condições presentes e expectativas futuras, incluindo a liberdade financeira. Essas contribuições permitem distinguir, analiticamente, a contribuição da renda para despesas pessoais, a independência em relação a terceiros, a liberdade para decidir sobre o próprio dinheiro e a percepção de segurança financeira, sem pressupor que esses aspectos se manifestem de maneira uniforme.

A literatura sobre empreendedorismo feminino já registra experiências importantes para compreender essas diferenças. Em pesquisa quantitativa com 109 mulheres proprietárias de negócios, Silva, Mainardes e Lasso (2016) identificaram dificuldades relacionadas ao financiamento e necessidades de aprimoramento gerencial e tecnológico. Por sua vez, Alperstedt, Ferreira e Serafim (2014), ao analisarem histórias de vida de empreendedoras, destacaram tensões entre as esferas pessoal, familiar e empresarial, além de desafios financeiros e de gestão. Essas contribuições evidenciam a relevância das condições financeiras, gerenciais e familiares na experiência empreendedora e reforçam a importância de considerá-las na análise das percepções de autonomia financeira.

Diante dessas contribuições, mostra-se pertinente examinar conjuntamente diferentes indicadores da autonomia financeira percebida, em vez de tratar geração de renda, independência, liberdade de decisão e segurança como expressões intercambiáveis.

Também é relevante situar tais percepções no contexto das experiências declaradas de capacitação, organização do tempo, redes de apoio e mobilização de recursos para o empreendimento. Ao reunir esses indicadores e contextualizá-los pelas experiências de gestão e acesso a recursos, a pesquisa oferece uma perspectiva descritiva integrada sobre diferentes manifestações da autonomia financeira percebida entre mulheres empreendedoras.

Nesse contexto, a pesquisa é orientada pela seguinte questão: como se caracterizam as percepções de mulheres empreendedoras sobre sua autonomia financeira, especialmente quanto à independência, à liberdade de decisão e à segurança financeira, considerando suas experiências de gestão, apoio e acesso a recursos? O objetivo do artigo é analisar descritivamente essas percepções, com ênfase nos indicadores de independência financeira, liberdade de decisão e segurança financeira, à luz das experiências declaradas de gestão, conciliação trabalho-família, redes de apoio e acesso a recursos financeiros.

Para tanto, utiliza-se um levantamento quantitativo, descritivo e transversal, realizado com 103 mulheres empreendedoras recrutadas por conveniência, com predominância de participantes do Norte Pioneiro paranaense e inclusão de respondentes de outras localidades. O estudo oferece evidências descritivas sobre diferentes padrões de percepção de autonomia financeira e experiências empreendedoras, sem pretensão de representatividade populacional ou inferência causal, e fornece subsídios à reflexão sobre o apoio à gestão de negócios liderados por mulheres.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Empreendedorismo Feminino e Autonomia Financeira

O empreendedorismo feminino constitui um campo de investigação que reúne diferentes perspectivas sobre inserção produtiva, trajetória profissional, gestão de negócios e relações entre trabalho e vida pessoal. Ao examinar a produção científica brasileira publicada entre 2000 e 2015, Gimenez, Ferreira e Ramos (2017) identificaram diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, evidenciando que a experiência de empreender não se restringe a um único perfil de mulher ou a uma motivação homogênea. Essa diversidade também aparece no estudo de Bandeira, Amorim e Oliveira (2020), que analisou motivações e parâmetros de carreira de empreendedores e empreendedoras, mostrando a relevância de fatores profissionais e pessoais sem atribuir automaticamente determinadas motivações a um gênero.

A decisão de iniciar um negócio pode envolver identificação de oportunidades, necessidade de obter renda, realização profissional, busca por flexibilidade e desejo de maior autonomia. Essas razões não precisam ser mutuamente excludentes, embora instrumentos de pesquisa possam solicitar que cada participante indique sua motivação principal. Além disso, a motivação para conquistar independência financeira não equivale à comprovação de que esse objetivo tenha sido alcançado. Para analisar a experiência econômica posterior à abertura do empreendimento, é necessário distinguir expectativas iniciais, condições concretas de funcionamento do negócio e avaliações das próprias empreendedoras sobre seus resultados.

A literatura evidencia que a participação em atividades empreendedoras pode proporcionar renda e oportunidades de

decisão, mas também expõe as mulheres a desafios relacionados à gestão, aos recursos disponíveis e às responsabilidades pessoais e familiares. Em levantamento com 109 proprietárias de negócios, Silva, Mainardes e Lasso (2016) identificaram dificuldades de financiamento e necessidades de aprimoramento gerencial e tecnológico entre as participantes. Em outra abordagem, Alperstedt, Ferreira e Serafim (2014), por meio da análise de histórias de vida de 86 empreendedoras, destacaram conflitos entre esferas pessoais, familiares e empresariais, além de problemas financeiros e gerenciais.

Nesse cenário, a autonomia financeira representa um aspecto relevante da experiência empreendedora, mas não deve ser tomada como consequência automática da propriedade de um negócio. Dispor de uma fonte de renda, administrar recursos e perceber maior liberdade para realizar escolhas são situações relacionadas, embora conceitualmente distintas. A compreensão dessas diferenças exige dialogar tanto com a literatura sobre empreendedorismo feminino quanto com estudos dedicados à capacidade de decisão econômica e ao bem-estar financeiro.

2.2. Independência, Liberdade de Decisão e Segurança Financeira

A discussão sobre autonomia econômica envolve mais do que a posse ou o recebimento de recursos. Kabeer (1999), ao examinar a mensuração do empoderamento das mulheres, propõe compreender a capacidade de realizar escolhas estratégicas a partir da articulação entre recursos, agência e realizações. Os recursos dizem respeito às condições que tornam as escolhas possíveis; a agência compreende a capacidade e os processos de decidir e agir; e as realizações correspondem aos resultados alcançados. Trata-se

de uma formulação ampla sobre empoderamento, que não se confunde diretamente com uma medida de autonomia financeira, mas oferece um fundamento importante para distinguir acesso à renda, poder de decisão e consequências efetivas das escolhas.

Sob essa perspectiva, possuir rendimento próprio pode ampliar possibilidades de ação sem assegurar, isoladamente, controle sobre os recursos ou capacidade de enfrentar dificuldades financeiras. Da mesma forma, a percepção de maior liberdade para decidir sobre o dinheiro não informa, necessariamente, o montante disponível, a regularidade da renda ou a existência de reservas para situações imprevistas. Por essa razão, a análise da autonomia financeira requer atenção às diferentes manifestações desse fenômeno, evitando que a presença de renda seja tratada como equivalente à independência ou à estabilidade econômica.

A literatura sobre bem-estar financeiro contribui para aprofundar essa diferenciação. Brüggen *et al.* (2017) apresentam o bem-estar financeiro como fenômeno que envolve avaliações subjetivas sobre as condições financeiras atuais e esperadas, incluindo a liberdade financeira. Em formulação institucional, o Consumer Financial Protection Bureau (2015) articula controle das finanças cotidianas, capacidade de absorver choques financeiros, perspectivas de alcançar objetivos e liberdade para realizar escolhas. Esses referenciais não tornam autonomia financeira e bem-estar financeiro conceitos idênticos; indicam, porém, que a disponibilidade de recursos, o exercício de escolhas e a sensação de segurança são aspectos que precisam ser examinados com atenção própria.

Netemeyer *et al.* (2018) também contribuem para essa discussão ao distinguir, na investigação do bem-estar financeiro percebido, o estresse relacionado à administração do dinheiro no presente e a segurança financeira esperada para o futuro. A diferenciação proposta pelos autores reforça a pertinência de não reduzir as avaliações financeiras subjetivas a um único indicador. Contudo, seus instrumentos e construtos foram desenvolvidos e validados em outro contexto de pesquisa: sua estrutura não pode ser automaticamente transferida para questionários que não utilizaram aquelas medidas.

No contexto brasileiro, Ponchio, Cordeiro e Gonçalves (2020) realizaram a validação da escala de bem-estar financeiro percebido desenvolvida por Netemeyer *et al.* (2018), utilizando dados de 1.027 participantes. Os autores examinaram propriedades psicométricas relacionadas às dimensões de percepção financeira presente e futura, contribuindo para a discussão sobre a mensuração do bem-estar financeiro no Brasil. Esse estudo reforça a importância de distinguir indicadores de percepção financeira e evidencia a necessidade de procedimentos específicos de validação quando se pretende mensurar construtos dessa natureza.

No campo do empreendedorismo feminino, Stroparo e Cordiak (2021) analisaram um empreendimento familiar de serviços de estética capilar e registraram que os significados atribuídos à renda pelas participantes incluíam a possibilidade de pagar despesas, realizar escolhas, planejar atividades e reconhecer o valor do próprio trabalho. Por se tratar de um estudo de caso, seus resultados não constituem evidência de que essas experiências sejam universais, mas ilustram por que os sentidos atribuídos ao rendimento do negócio podem extrapolar seu valor monetário.

A partir dessas contribuições, este artigo adota a expressão autonomia financeira percebida para designar as avaliações autorrelatadas sobre quatro aspectos: contribuição da renda do negócio para despesas pessoais, aumento percebido da independência em relação a terceiros, maior liberdade para decidir sobre o uso do dinheiro e maior segurança financeira atribuída à renda do empreendimento. A análise desses aspectos permite examinar diferentes manifestações da autonomia financeira percebida, preservando as particularidades da relação entre geração de renda, independência econômica, liberdade de decisão e segurança financeira.

2.3. Condições de Gestão, Responsabilidades Familiares, Redes de Apoio e Recursos Financeiros

A atividade empreendedora depende de decisões cotidianas relacionadas à organização do negócio, à utilização de informações e à mobilização de recursos. Silva, Mainardes e Lasso (2016) identificaram, entre as empreendedoras que pesquisaram, necessidades de aprimoramento de conhecimentos gerenciais e tecnológicos. Carreira *et al.* (2015), por meio de investigação fenomenológica, descreveram características como iniciativa, persistência, busca de oportunidades e autoconfiança entre as participantes de seu estudo. Embora esses trabalhos empreguem procedimentos diferentes, ambos ajudam a compreender a gestão como uma experiência que envolve competências, aprendizagem e tomada de decisões.

O tempo disponível para gerir e desenvolver o empreendimento constitui outra condição relevante. Ao investigar trajetórias de mulheres empreendedoras, Alperstedt, Ferreira e Serafim (2014)

identificaram tensões entre as demandas pessoais, familiares e empresariais. Lucas e Ancelmo (2022), em revisão de literatura, também discutem a necessidade de conciliar o funcionamento do negócio com responsabilidades familiares. Esses estudos permitem diferenciar a percepção de conseguir organizar obrigações cotidianas da percepção de possuir tempo suficiente para planejar, investir em formação ou ampliar atividades.

As redes de apoio abrangem relações de naturezas distintas, desde o incentivo de familiares e pessoas próximas até contatos capazes de facilitar informações, parcerias e oportunidades de negócio. A literatura sobre empreendedorismo feminino aponta a relevância do suporte social para as trajetórias empresariais e discute dificuldades que podem surgir quando esse apoio é insuficiente (Alperstedt; Ferreira; Serafim, 2014; Lucas; Ancelmo, 2022). A existência de apoio pessoal, entretanto, não implica necessariamente acesso a recursos ou oportunidades profissionais. Assim, a percepção de acolhimento familiar e a percepção de utilidade da rede de contatos para o empreendimento devem ser examinadas separadamente.

O financiamento também integra as condições de manutenção e desenvolvimento dos negócios. No estudo de Silva, Mainardes e Lasso (2016), dificuldades de obtenção de recursos e necessidades de gestão financeira foram relatadas pelas empreendedoras investigadas. Alperstedt, Ferreira e Serafim (2014) igualmente identificaram questões financeiras entre os problemas presentes nas trajetórias analisadas. Esses estudos reforçam a relevância de examinar as fontes de financiamento, as experiências de busca por crédito e as restrições de recursos para investimento, aspectos que ajudam a caracterizar as condições financeiras dos empreendimentos pesquisados.

A interpretação do crédito demanda, portanto, distinguir necessidade ou insuficiência de recursos, decisão de procurar financiamento, resultado de eventual solicitação e avaliação das condições de acesso. A ausência de procura por crédito pode corresponder a experiências e decisões variadas, que não podem ser inferidas sem investigação específica. De forma semelhante, a obtenção de parte ou da totalidade de um empréstimo não demonstra, isoladamente, que o financiamento foi suficiente ou adequado ao empreendimento.

Consideradas conjuntamente, as experiências de gestão, conciliação de responsabilidades, redes de apoio e acesso a recursos financeiros oferecem elementos para contextualizar as diferentes percepções de autonomia financeira das empreendedoras. Sua análise integrada contribui para compreender como essas experiências se apresentam entre as participantes e amplia a compreensão dos aspectos econômicos, gerenciais e sociais envolvidos na atividade empreendedora.

3. METODOLOGIA

O estudo adotou abordagem quantitativa, com delineamento observacional, descritivo e transversal, mediante levantamento com mulheres empreendedoras. A investigação examinou percepções de autonomia financeira, contextualizadas por informações sobre gestão dos empreendimentos, conciliação trabalho-família, redes de apoio e recursos financeiros. Por se tratar de levantamento transversal, as respostas foram analisadas em um único período, sem acompanhamento temporal ou identificação de efeitos causais.

A coleta foi realizada por questionário eletrônico elaborado no Google Forms, disponibilizado entre 9 de setembro e 7 de outubro de 2026. A divulgação ocorreu por WhatsApp, Instagram e contatos presenciais. O recrutamento foi não probabilístico, por conveniência, e a participação foi voluntária. Foram consideradas elegíveis mulheres com 18 anos ou mais que declararam possuir ou administrar um empreendimento, independentemente do setor ou da formalização. Das 110 respostas recebidas, sete registros foram excluídos por apresentarem declarações de ausência de negócio ou atividade empreendedora, resultando em uma amostra final de 103 participantes.

O recrutamento concentrou-se no Norte Pioneiro paranaense. O questionário estruturado continha 29 perguntas, das quais as 11 primeiras abordavam idade, município do empreendimento, escolaridade, estado civil, filhos, setor de atividade, tempo de atuação, formalização, importância do negócio como fonte de renda pessoal, outras fontes de renda e motivação principal para empreender. Outras nove afirmativas contemplavam conhecimentos e capacitação, conciliação de responsabilidades pessoais/familiares e redes de apoio. Cinco questões abordavam experiências de financiamento, investimentos não realizados por falta de recursos e principais fontes de financiamento.

A autonomia financeira percebida foi investigada por meio de quatro afirmativas apresentadas às participantes: (i) “A renda que obtenho com meu negócio contribui para que eu possa arcar com minhas próprias despesas”; (ii) “Ter meu próprio negócio aumentou minha independência financeira em relação a outras pessoas”; (iii) “Após começar a empreender, passei a ter maior liberdade para tomar decisões sobre o uso do meu dinheiro”; e (iv) “Atualmente,

sinto-me financeiramente mais segura em razão da renda obtida com meu negócio". Os quatro itens foram analisados individualmente, considerando suas diferentes referências de avaliação, sem a construção de um índice composto de autonomia financeira.

As 13 afirmativas de percepção utilizaram escala de concordância de cinco pontos: 1 — discordo totalmente; 2 — discordo parcialmente; 3 — nem concordo nem discordo; 4 — concordo parcialmente; e 5 — concordo totalmente. Esses significados constavam das instruções originais do formulário. O instrumento foi elaborado para esta pesquisa e não houve processo de validação psicométrica documentado. Assim, os itens constituem indicadores autorrelatados e não medidas validadas de construtos latentes ou de situação financeira objetiva.

Após a coleta, os registros foram conferidos em planilha eletrônica. A preparação da base incluiu a verificação da elegibilidade, exclusão dos sete registros incompatíveis, padronização de grafias de municípios e identificação de respostas ausentes ou não aplicáveis. A análise empregou frequências absolutas e percentuais por item. Nas afirmativas de concordância, agruparam-se as opções 1 e 2 (discordância), 3 (neutralidade) e 4 e 5 (concordância), preservando a distinção entre avaliações neutras e discordantes.

Nas perguntas condicionais sobre resultado da solicitação de crédito e dificuldade de acesso, consideraram-se exclusivamente as 40 participantes que declararam ter buscado financiamento. Uma não apresentou resposta válida à pergunta de obtenção (n = 39) e duas não apresentaram resposta válida à pergunta de dificuldade (n = 38). Respostas preenchidas por não solicitantes foram consideradas não

aplicáveis apenas nesses itens, sem excluir suas demais informações. Para outra fonte de renda própria houve uma resposta ausente (n = 102); os demais itens principais utilizaram n = 103.

O formulário apresentava a finalidade acadêmica do estudo, informava a voluntariedade e indicava o tratamento agregado das respostas para preservar a identidade das participantes. O recrutamento por conveniência, a concentração de participantes jovens, a heterogeneidade territorial, o autorrelato, a ausência de medidas objetivas de renda/patrimônio e o caráter transversal delimitam as conclusões. As afirmativas sobre mudanças desde o início do negócio expressam avaliações retrospectivas, não medidas coletadas antes e depois da abertura do empreendimento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização das Participantes e dos Empreendimentos

A amostra reuniu 103 mulheres empreendedoras, com concentração no Norte Pioneiro do Paraná. Predominaram mulheres de 18 a 24 anos (55; 53,4%), empreendimentos com menos de três anos (52; 50,5%) e atividades de comércio, beleza/estética e alimentação (61; 59,2%). Para 61 participantes (59,2%), o empreendimento constituía a principal fonte de renda pessoal. As motivações mais frequentes foram o desejo de independência financeira (22; 21,4%), a identificação de uma oportunidade de negócio (21; 20,4%) e a realização pessoal ou profissional (21; 20,4%). Como o formulário solicitava um único motivo principal, os resultados não abrangem necessariamente todas as razões que levaram cada participante a empreender. A Tabela 1 a seguir sintetiza o perfil sociodemográfico da amostra.

Tabela 1. Perfil das participantes e dos empreendimentos (n = 103)

Variável	Categoria	n	%
Faixa etária	18 a 24 anos	55	53,4
	25 a 44 anos	29	28,2
	45 anos ou mais	19	18,4
Escolaridade	Superior incompleto	44	42,7
	Superior completo ou pós-graduação	34	33,0
	Até ensino médio completo	25	24,3
Tempo de atuação	Menos de 3 anos	52	50,5
	De 3 a menos de 10 anos	32	31,1
	10 anos ou mais	19	18,4
Setor do negócio	Comércio	23	22,3
	Beleza/estética	21	20,4
	Alimentação	17	16,5
	Outros setores	42	40,8
Renda principal	Empreendimento é renda principal	61	59,2
	Empreendimento não é renda principal	42	40,8

Fonte: dos autores (2026).

A diversidade de motivações é compatível com a compreensão do empreendedorismo como experiência heterogênea, discutida por Gimenez, Ferreira e Ramos (2017) e Bandeira, Amorim e Oliveira

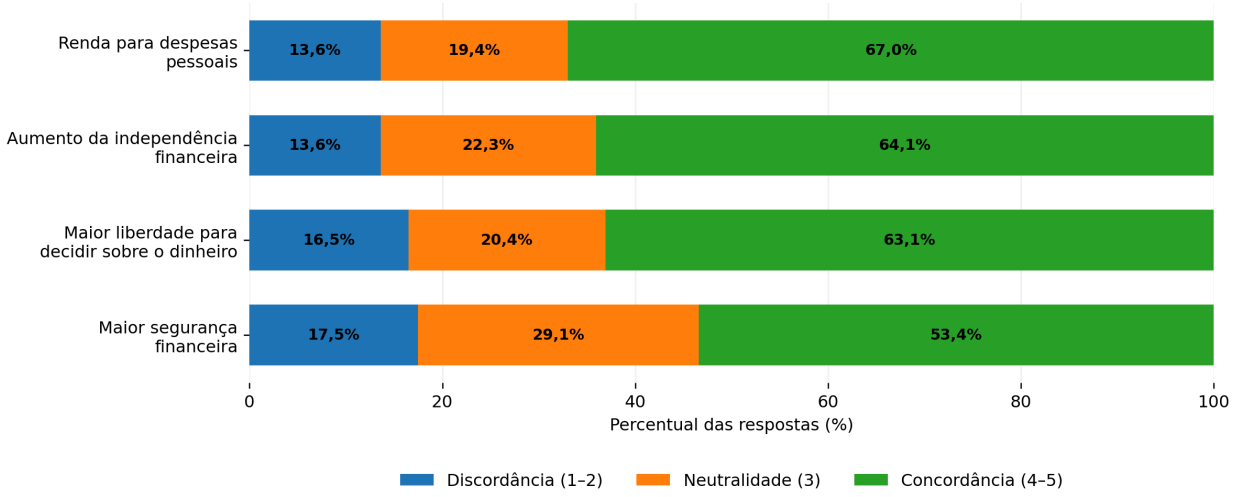
(2020). A busca inicial por independência não equivale, por si só, à percepção posterior de tê-la alcançado. Entre as 22 mulheres que indicaram a independência financeira como principal motivação, 18 (81,8%) concordaram que o negócio aumentou sua independência em relação a outras pessoas; a comparação é apenas descritiva, baseada em grupo pequeno e em avaliações retrospectivas.

O perfil de respondentes jovens e de negócios relativamente recentes deve orientar a interpretação dos resultados. Embora Silveira e Gouvêa (2008) tenham encontrado predominância de gestoras mais velhas e com filhos em contexto empresarial distinto, não é possível tratar essa diferença como mudança histórica no perfil das empreendedoras. As amostras, os períodos e os procedimentos de seleção não são equivalentes; tampouco os dados aqui reunidos representam estatisticamente as empreendedoras do Norte Pioneiro.

4.2. Indicadores de Autonomia Financeira Percebida

A Figura 1 apresenta a distribuição dos quatro indicadores de autonomia financeira percebida em três categorias: discordância (respostas 1 e 2), neutralidade (3) e concordância (4 e 5). Cada afirmativa foi interpretada separadamente, sem construção de índice composto, considerando que o instrumento não passou por validação psicométrica específica.

Figura 1. Distribuição das respostas relativas à autonomia financeira percebida (n = 103)



Fonte: dos autores (2026).

A contribuição da renda do negócio para o pagamento de despesas pessoais recebeu concordância de 69 participantes (67,0%). O aumento percebido da independência financeira em relação a outras pessoas foi indicado por 66 (64,1%), e a maior liberdade para decidir sobre o uso do dinheiro, por 65 (63,1%). Já a percepção de maior segurança financeira em razão da renda do empreendimento obteve concordância de 55 respondentes (53,4%), o menor percentual entre os quatro indicadores.

A distribuição completa das respostas permite aprofundar essa interpretação. Na afirmativa sobre segurança financeira, 55 participantes (53,4%) expressaram concordância, 30 (29,1%) posicionaram-se de maneira neutra e 18 (17,5%) discordaram. Entre as 66 mulheres que perceberam aumento da independência financeira, 48 (72,7%) também concordaram com maior segurança, 13 (19,7%) apresentaram resposta neutra e cinco (7,6%) discordaram. Portanto, observa-se uma convergência predominante entre as avaliações de independência e segurança financeira, embora uma parcela das participantes não tenha apresentado concordância simultânea com ambos os indicadores. Além disso, sete mulheres concordaram com maior segurança financeira sem concordar com o

aumento da independência, evidenciando que os padrões individuais de resposta não foram integralmente coincidentes.

O principal resultado interpretativo do estudo está na identificação de avaliações predominantemente favoráveis, porém não uniformes, da independência e da segurança financeira. A convergência observada entre esses indicadores demonstra que ambas as percepções frequentemente se apresentam de maneira conjunta, enquanto as respostas não coincidentes evidenciam particularidades importantes na experiência econômica das participantes. Essa distinção dialoga com Kabeer (1999), cuja abordagem diferencia recursos disponíveis, capacidade de realizar escolhas e resultados alcançados, contribuindo para compreender a autonomia econômica como um fenômeno que envolve aspectos relacionados, mas não necessariamente equivalentes.

É importante considerar, ainda, que as afirmativas utilizadas apresentam referências de avaliação distintas. Enquanto o aumento da independência financeira foi investigado retrospectivamente, tendo como referência a relação econômica com outras pessoas, a segurança financeira foi examinada como percepção atual atribuída à renda do empreendimento. Dessa forma, a menor concordância com o indicador de segurança não permite concluir que essa condição seja necessariamente alcançada depois da independência ou que exista uma sequência de desenvolvimento entre ambas. Os resultados evidenciam diferenças nos padrões de resposta a aspectos relacionados, mas conceitualmente e operacionalmente distintos.

A literatura sobre bem-estar financeiro reforça a pertinência de examinar separadamente controle, liberdade de escolha e

segurança. Brüggen *et al.* (2017) relacionam avaliações subjetivas das condições financeiras atuais e esperadas à liberdade financeira, ao passo que o Consumer Financial Protection Bureau (2015) distingue, entre outros aspectos, a capacidade de controlar as finanças cotidianas e de absorver imprevistos. Netemeyer *et al.* (2018) diferenciam estresse financeiro presente e segurança esperada para o futuro. Esses referenciais oferecem aproximações conceituais, mas não foram operacionalizados diretamente neste questionário: a afirmativa de segurança do estudo trata da percepção atual atribuída à renda do negócio, e não mede poupança, resistência a choques ou segurança futura.

O peso econômico atribuído ao empreendimento também acompanhou respostas distintas. Entre as 61 mulheres para quem o negócio era a principal fonte de renda pessoal, 43 (70,5%) concordaram com aumento da independência e 39 (63,9%) com maior segurança. Entre as 42 para quem o empreendimento não era a principal fonte, esses números foram de 23 (54,8%) e 16 (38,1%), respectivamente. As diferenças ajudam a caracterizar experiências heterogêneas, mas não demonstram que a centralidade do negócio na renda produza autonomia ou segurança, pois características de participantes e empreendimentos não foram controladas.

No estudo de caso de Stroparo e Cordiak (2021), o significado do trabalho empreendedor ultrapassou o resultado contábil, abrangendo reconhecimento e independência. Essa perspectiva dialoga com os resultados da presente pesquisa ao evidenciar a importância dos significados atribuídos às experiências econômicas. Entre as participantes, renda, liberdade de decisão, independência e segurança constituíram aspectos avaliados de maneira distinta,

revelando a complexidade das percepções relacionadas à autonomia financeira.

4.3. Capacitação, Conciliação Trabalho-Família e Redes de Apoio

A Tabela 2 apresenta as percepções das participantes sobre conhecimentos gerenciais, conciliação entre responsabilidades pessoais e profissionais e redes de apoio. A distribuição das respostas permite identificar aspectos avaliados mais favoravelmente e situações nas quais as empreendedoras manifestaram maior neutralidade ou discordância.

Tabela 2. Percepções sobre gestão, conciliação e redes de apoio (n = 103)

Dimensão	Afirmativa resumida	Discordância n (%)	Neutralidade n (%)	Concordância n (%)
Capacitação	Conhecimentos suficientes para administrar o negócio	11 (10,7%)	26 (25,2%)	66 (64,1%)
	Preparo para decisões financeiras	20 (19,4%)	24 (23,3%)	59 (57,3%)
	Busca por cursos, capacitação e conhecimentos	18 (17,5%)	18 (17,5%)	67 (65,0%)
Conciliação	Conciliação do negócio com responsabilidades pessoais/familiares	17 (16,5%)	18 (17,5%)	68 (66,0%)

	Organização das responsabilidades sem prejudicar o negócio	14 (13,6%)	22 (21,4%)	67 (65,0%)
	Tempo suficiente para desenvolver o negócio	23 (22,3%)	28 (27,2%)	52 (50,5%)
Redes de apoio	Apoio da família ou pessoas próximas	18 (17,5%)	19 (18,4%)	66 (64,1%)
	Pessoas com quem contar diante de dificuldades	19 (18,4%)	24 (23,3%)	60 (58,3%)
	Contatos que facilitam informações, oportunidades ou parcerias	21 (20,4%)	23 (22,3%)	59 (57,3%)

Fonte: dos autores (2026).

Na dimensão de capacitação, 66 mulheres (64,1%) concordaram possuir conhecimentos suficientes para administrar o negócio, enquanto 59 (57,3%) se sentiam preparadas para tomar decisões financeiras; 67 (65,0%) declararam buscar cursos e novos conhecimentos. Esses resultados evidenciam que a percepção de capacidade geral para administrar o empreendimento foi mais favorável do que a percepção de preparo para decisões financeiras. Silva, Mainardes e Lasso (2016), em pesquisa com 109 empreendedoras, identificaram necessidades de aprimoramento

gerencial e tecnológico, enquanto Carreira *et al.* (2015) discutiram características comportamentais de empreendedoras em estudo fenomenológico. Em diálogo com essas pesquisas, os resultados destacam a relevância da aprendizagem gerencial e da busca por conhecimentos específicos na experiência empreendedora.

No âmbito das responsabilidades pessoais e familiares, 68 mulheres (66,0%) concordaram conseguir conciliar essas atividades com o negócio, mas apenas 52 (50,5%) consideraram suficiente o tempo disponível para seu funcionamento e desenvolvimento. O cruzamento individual mostra que, entre as 68 que perceberam conciliação, 22 (32,4%) assinalaram neutralidade ou discordância quanto à suficiência do tempo. Alperstedt, Ferreira e Serafim (2014) identificaram tensões entre dimensões pessoais, familiares e empresariais em histórias de vida, enquanto Lucas e Ancelmo (2022) discutem a conciliação em revisão de literatura. Entretanto, como não foram medidas horas de trabalho, divisão de tarefas domésticas ou intensidade de cuidados, não se pode atribuir esse contraste a uma causa específica. A presença de 59 participantes sem filhos (57,3%) reforça a necessidade de não pressupor experiências familiares homogêneas.

Quanto às redes de apoio, 66 respondentes (64,1%) concordaram receber apoio de familiares ou pessoas próximas, 60 (58,3%) relataram contar com alguém diante de dificuldades do negócio e 59 (57,3%) perceberam contribuição dos contatos para informações, oportunidades ou parcerias. A maior concordância com o incentivo pessoal, em comparação com a utilidade empresarial dos contatos, indica que essas formas de suporte não foram avaliadas de maneira idêntica. A literatura discute a importância do apoio e os desafios de sua insuficiência em determinadas trajetórias (Alperstedt; Ferreira;

Serafim, 2014; Lucas; Ancelmo, 2022), mas o questionário não mensurou a qualidade, a frequência nem o resultado concreto dessas relações.

Em conjunto, os resultados evidenciam contrastes importantes nas experiências de gestão, conciliação e apoio. A percepção de conhecimentos administrativos, capacidade de conciliar responsabilidades e apoio pessoal apresentou concordância mais frequente do que o preparo para decisões financeiras, a disponibilidade de tempo e a contribuição profissional das redes de contatos. Esses resultados destacam aspectos específicos da experiência empreendedora que merecem atenção em iniciativas de capacitação, apoio gerencial e fortalecimento de redes profissionais.

4.4. Recursos Financeiros, Investimento e Busca por Crédito

A Tabela 3 distingue os recursos apontados como fonte principal de financiamento, a experiência de investimentos não realizados e o histórico de procura por crédito. As perguntas condicionais sobre solicitação de financiamento consideram apenas as respondentes elegíveis para cada item, evitando comparar percentuais calculados sobre bases diferentes como se fossem diretamente equivalentes.

Tabela 3. Recursos financeiros e experiências de acesso ao crédito

Indicador	Categoria	n	%
Principal fonte de recursos	Recursos próprios	65	63,1%
	Recursos de cônjuge/familiares	21	20,4%

	Financiamento bancário	8	7,8%
	Crédito para MEI ou empresa	3	2,9%
	Empréstimo de familiares/amigos	3	2,9%
	Investidor ou sócio	3	2,9%
Deixou de investir por falta de recursos	Sim	81	78,6%
	Não	22	21,4%
Buscou crédito para o empreendimento	Sim	40	38,8%
	Não	63	61,2%
Obtenção do crédito (somente solicitantes)	Valor integral	17	43,6%
	Valor parcial	18	46,2%
	Não obteve	2	5,1%
	Aguardava resposta	2	5,1%
Dificuldade de acesso (somente solicitantes)	Fácil/muito fácil	13	34,2%
	Nem fácil nem difícil	15	39,5%
	Difícil/muito difícil	10	26,3%

Fonte: dos autores (2026).

Os recursos próprios foram indicados por 65 participantes (63,1%) como principal fonte para iniciar ou investir no empreendimento; outras 21 (20,4%) apontaram recursos do cônjuge ou de familiares. Assim, 86 mulheres (83,5%) selecionaram uma dessas duas fontes como principal, sem que isso exclua a utilização eventual de outras

modalidades. Também foi frequente a experiência de restrição de capital: 81 respondentes (78,6%) afirmaram já ter deixado de realizar investimento ou melhoria no negócio por falta de recursos. Trata-se de experiência declarada em algum momento da trajetória, e não de medida da condição atual de caixa do empreendimento.

Esses resultados dialogam com Silva, Mainardes e Lasso (2016), que identificaram dificuldades relacionadas ao financiamento e à gestão entre as empreendedoras pesquisadas, e com Alperstedt, Ferreira e Serafim (2014), que registraram problemas financeiros nas trajetórias analisadas. Na presente amostra, a predominância de recursos próprios e a elevada frequência de investimentos não realizados destacam a importância das condições de financiamento para compreender as experiências de desenvolvimento dos negócios.

A procura efetiva por crédito foi declarada por 40 mulheres (38,8%). Entre as 39 respostas válidas sobre o resultado da solicitação, 17 (43,6%) obtiveram o valor integral, 18 (46,2%) o receberam parcialmente, duas (5,1%) não obtiveram financiamento e duas (5,1%) aguardavam resposta. Na avaliação da dificuldade, realizada por 38 respondentes válidas, 13 (34,2%) classificaram o processo como fácil ou muito fácil, 15 (39,5%) como nem fácil nem difícil e dez (26,3%) como difícil ou muito difícil. Dessa forma, a amostra não sustenta afirmar que a maioria das solicitantes enfrentou dificuldade de acesso; tampouco a obtenção de algum valor informa sua suficiência ou adequação contratual.

Entre as 81 mulheres que relataram ter deixado de investir por falta de recursos, 45 (55,6%) nunca procuraram crédito para o empreendimento, enquanto 36 (44,4%) já haviam procurado. A decisão de não buscar financiamento pode decorrer de situações

distintas, mas o questionário não examinou seus motivos. Essa distinção é relevante: necessidade de recursos, procura de crédito, obtenção do valor solicitado e percepção de dificuldade constituem experiências diferentes e não devem ser convertidas em uma única medida de acesso a financiamento.

A análise conjunta das respostas também permitiu observar que a percepção de maior independência financeira foi semelhante entre participantes que relataram e que não relataram investimentos não realizados por falta de recursos. No primeiro grupo, 52 das 81 mulheres (64,2%) concordaram que o empreendimento havia ampliado sua independência financeira; no segundo, essa percepção foi compartilhada por 14 das 22 participantes (63,6%). Essa proximidade descritiva indica que a experiência declarada de restrição de recursos para investimento não diferenciou expressivamente os percentuais de concordância com independência financeira nesta amostra. Ao mesmo tempo, os resultados demonstram que limitações de capital empresarial podem coexistir com percepções favoráveis de independência pessoal. Essa proximidade entre os grupos reforça a importância de distinguir a percepção de independência econômica pessoal das experiências relacionadas à disponibilidade de capital para investimento empresarial.

4.5. Síntese Integrada

A análise integrada dos resultados indica que as percepções de autonomia financeira das participantes apresentaram diferentes padrões de concordância. Embora tenha predominado a avaliação favorável da contribuição da renda para despesas pessoais, do aumento da independência financeira e da maior liberdade de

decisão, a segurança financeira recebeu concordância menos frequente e maior proporção de respostas neutras. Os cruzamentos individuais também evidenciaram que, apesar da convergência predominante entre independência e segurança, essas avaliações não foram integralmente coincidentes. Assim, os resultados reforçam a pertinência de examinar separadamente diferentes manifestações da autonomia financeira percebida, sem pressupor equivalência entre geração de renda, independência, capacidade de decisão e segurança financeira.

As experiências relacionadas à gestão, à conciliação de responsabilidades, às redes de apoio e ao financiamento complementam essa interpretação. Os resultados indicaram avaliações relativamente favoráveis de conhecimentos administrativos, capacidade de conciliação e apoio pessoal, acompanhadas de percepções menos favoráveis sobre preparo para decisões financeiras, tempo disponível e contribuição profissional dos contatos. Também se destacou a frequência de investimentos não realizados por insuficiência de recursos, experiência que coexistiu com diferentes avaliações de independência financeira. A contribuição dessa análise integrada está em evidenciar que as percepções econômicas das empreendedoras podem ser compreendidas de maneira mais abrangente quando examinadas em conjunto com suas experiências de gestão, disponibilidade de tempo, redes de apoio e condições de financiamento, valorizando tanto as possibilidades proporcionadas pelo empreendimento quanto as dificuldades relatadas em sua condução.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as percepções de autonomia financeira de 103 mulheres empreendedoras, considerando a contribuição da renda para despesas pessoais, a independência financeira, a liberdade de decisão e a segurança financeira. Os resultados evidenciaram avaliações predominantemente favoráveis desses aspectos, embora com diferentes níveis de concordância. A principal constatação foi que a independência financeira e a segurança proporcionada pela renda do empreendimento, apesar de frequentemente percebidas de maneira conjunta, não receberam avaliações uniformes entre as participantes. Essa diferença demonstra a importância de compreender a autonomia financeira para além da existência de uma fonte própria de renda.

A investigação também revelou que a experiência empreendedora reúne condições econômicas e gerenciais distintas. A percepção de maior independência financeira coexistiu, entre parte das participantes, com restrições de recursos para investir no negócio. Da mesma forma, avaliações favoráveis sobre conhecimentos administrativos, capacidade de conciliar responsabilidades e apoio pessoal não se manifestaram com a mesma intensidade em aspectos como preparo para decisões financeiras, disponibilidade de tempo e contribuição profissional das redes de contatos. Esses resultados ampliam a compreensão das experiências relatadas pelas empreendedoras, evidenciando que os diferentes aspectos investigados merecem atenção específica.

Sob a perspectiva da Administração, o estudo oferece contribuições para a compreensão dos desafios envolvidos na gestão de empreendimentos conduzidos por mulheres. Os resultados apontam oportunidades para iniciativas de capacitação financeira, orientação sobre fontes de financiamento, organização das

atividades empresariais e fortalecimento de redes profissionais. Mais do que reconhecer a importância de gerar renda, essas iniciativas podem considerar as condições que favorecem a utilização dos recursos, a tomada de decisões e a continuidade do desenvolvimento dos negócios.

A pesquisa apresenta limitações relacionadas à amostragem não probabilística, à concentração de participantes jovens, à heterogeneidade territorial e à utilização de indicadores autorrelatados em um levantamento transversal. Tais características delimitam a abrangência das conclusões e apontam possibilidades para investigações futuras, especialmente com instrumentos validados, indicadores econômicos objetivos e acompanhamento das trajetórias empreendedoras ao longo do tempo.

A contribuição central deste artigo está em evidenciar que a autonomia financeira percebida não se resume à geração de renda nem pode ser compreendida exclusivamente pela independência em relação a terceiros. A possibilidade de arcar com despesas, a liberdade para decidir sobre os próprios recursos e a percepção de segurança financeira constituem aspectos relacionados, mas que merecem ser examinados em suas particularidades. Ao destacar essas diferenças e contextualizá-las pelas experiências de gestão e acesso a recursos, o estudo reforça a importância de uma compreensão mais ampla da autonomia financeira no empreendedorismo feminino, capaz de reconhecer não apenas a participação econômica das mulheres, mas também as condições de gestão, decisão e segurança financeira que caracterizam suas experiências empreendedoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPERSTEDT, Graziela Dias; FERREIRA, Juliane Borges; SERAFIM, Maurício Custódio. Empreendedorismo feminino: dificuldades relatadas em histórias de vida. **Revista de Ciências da Administração,** Florianópolis, v. 16, n. 40, p. 221-234, 2014. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n40p221.

BANDEIRA, Patrícia Bock; AMORIM, Marcos Vinicius; OLIVEIRA, Manoela Ziebell de. Empreendedorismo feminino: estudo comparativo entre homens e mulheres sobre motivações para empreender. **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho,** 2020. DOI: https://doi.org/10.17652/rpot/2020.3.19694.

BRÜGGEN, Elisabeth C.; HOGREVE, Jens; HOLMLUND, Maria; KABADAYI, Sertan; LÖFGREN, Martin. Financial well-being: a conceptualization and research agenda. **Journal of Business Research,** v. 79, p. 228-237, 2017. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.013.

CARREIRA, Suely da Silva et al. Empreendedorismo feminino: um estudo fenomenológico. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia,** Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 6-13, 2015.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU. **Financial well-being: the goal of financial education.** Washington, DC: CFPB, 2015. Disponível em: https://www.consumerfinance.gov/data-research/research-reports/financial-well-being/. Acesso em: 27 out. 2026.

GIMENEZ, Fernando Antonio Prado; FERREIRA, Jane Mendes; RAMOS, Simone Cristina. Empreendedorismo feminino no Brasil: gênese e formação de um campo de pesquisa. **Revista de**

Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 6, n. 1, p. 40-74, 2017. DOI: https://doi.org/10.14211/regepe.v6i1.450.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/20163-estatisticas-de-genero.html. Acesso em: 27 out. 2026.

KABEER, Naila. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. **Development and Change,** v. 30, n. 3, p. 435-464, 1999. DOI: https://doi.org/10.1111/1467-7660.00125.

LUCAS, Carina da Silva; ANCELMO, Lúcia Aparecida. Os desafios do empreendedorismo feminino. **Research, Society and Development,** v. 11, n. 17, e113111738299, 2022. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38299.

NETEMEYER, Richard G.; WARMATH, Dee; FERNANDES, Daniel; LYNCH, John G. How am I doing? Perceived financial well-being, its potential antecedents, and its relation to overall well-being. **Journal of Consumer Research,** v. 45, n. 1, p. 68-89, 2018. DOI: https://doi.org/10.1093/jcr/ucx109.

PONCHIO, Mateus Canniatti; CORDEIRO, Rafaela Almeida; GONÇALVES, Virgínia Nicolau. Validação da escala Perceived Financial Well-Being no contexto brasileiro. **Revista Interdisciplinar de Marketing,** v. 10, n. 1, p. 17-26, 2020. DOI: https://doi.org/10.4025/rimar.v10i1.45854.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Empreendedorismo feminino cresce quase 30% em dez anos e alcança maior patamar da série histórica. **Agência Sebrae de Notícias,** 6 abr. 2026. Disponível em: https://agenciasebrae.com.br/dados/empreendedorismo-feminino-cresce-quase-30-em-dez-anos-e-alcanca-maior-patamar-da-serie-historica/. Acesso em: 27 out. 2026.

SILVA, Mariana Santos da; MAINARDES, Emerson Wagner; LASSO, Sarah Venturim. Características do empreendedorismo feminino no Brasil. **Gestão e Desenvolvimento,** Novo Hamburgo, v. 13, n. 2, p. 150-167, 2016.

SILVEIRA, Amélia; GOUVÊA, Anna Beatriz Cautela Tvrzska de. Empreendedorismo feminino: mulheres gerentes de empresas. **Revista de Administração FACES Journal,** v. 7, n. 3, p. 124-138, 2008. DOI: https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2008V7N3ART127.

STROPARO, Telma Regina; CORDIAK, Sandra Mara. Estética capilar no contexto do empreendedorismo feminino: custos, renda, estima e independência financeira. **South American Development Society Journal,** v. 7, n. 19, p. 47-59, 2021. DOI: https://doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v7i19p47-59.

---

[1] Discente do Curso Superior de Administração da Universidade Estadual do Norte do Paraná, *Campus* Cornélio Procópio. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Discente do Curso Superior de Administração da Universidade Estadual do Norte do Paraná, *Campus* Cornélio Procópio. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Docente do Curso Superior de Administração da Universidade Estadual do Norte do Paraná, *Campus* Cornélio Procópio. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail